



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**MONTE SANTO DE MINAS**

RUA CEL. FRANCISCO PAULINO DA COSTA, 205 | CENTRO | 37968-000 | 35 3591 - 5100  
www.montesantodeminas.mg.gov.br | administracao@montesantodeminas.mg.gov.br

**LEI Nº 2.496/2023**

***“Cria o Plano de Incentivo Empresarial:  
Desenvolvimento Monte Santo de Minas – Crescimento  
com Qualidade”.***

A Câmara Municipal de Monte Santo de Minas, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**Da Finalidade**

**Art. 1º.** O Plano de Incentivo Empresarial do Município de Monte Santo de Minas, tem por escopo o incentivo à geração de Emprego e de Renda, por meio de instalação de novas empresas, ampliação ou expansão das empresas existentes de atividades industriais, comerciais e prestadores de serviços no Município de Monte Santo de Minas.

§ 1º. O Plano reveste-se de incentivos, isenções tributárias, na forma consignada nesta Lei, às empresas de natureza Industrial, Comercial, Prestadores de Serviços e outras atividades, que pretendam instalar-se no Município, ou já instaladas que venham a ampliar e expandir suas instalações e atividades.

§ 2º. Os incentivos do parágrafo anterior dependerão de comprovação relevante para a geração de divisas, ampliação da repartição de receitas tributárias entre os entes federados, geração de emprego e renda, e, acima de tudo, que assegurem qualidade de vida à população, por meio da proteção e conservação ambiental.

**Art. 2º.** Considerando a função social e a expressão econômica, os incentivos às empresas poderão consistir em concessão de direito real de uso, isenção de tributos municipais, pagamento de aluguel de imóvel e prestação de serviços de terraplanagem.

**CAPÍTULO II**  
**Dos Incentivos e Benefícios**



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**MONTE SANTO DE MINAS**

RUA CEL. FRANCISCO PAULINO DA COSTA, 205 | CENTRO | 37968-000 | 35 3591 - 5100  
www.montesantodeminas.mg.gov.br      administracao@montesantodeminas.mg.gov.br

**Art. 3º.** Poderão ser concedidos os incentivos e benefícios desta Lei, a critério da administração, às Pessoas Jurídicas de Direito Privado, legalmente constituídas, em pleno

gozo de seus direitos, que pretendam instalar-se no Município, em ampliação ou expansão e que atendam aos dispositivos específicos desta Lei.

**Art. 4º.** Consideram-se incentivos:

I – concessão de direito real de uso de terreno por meio de comodato ou locação de imóvel;

II – realização pelo Município de serviços de terraplanagem, na área necessária ao desenvolvimento da atividade, limitado à disponibilidade orçamentária e financeira do Município, o que somente será deferido após a respectiva aprovação do projeto de engenharia pelos órgãos do Município;

III – realização de cursos de formação e especialização de mão de obra para as empresas, recomendados pelo Município;

IV – divulgação das empresas e serviços em folhetos ou outros meios de divulgação disponíveis;

§ 1º. Para a concessão do incentivo previsto no inciso I deste artigo, deverá ser observado o procedimento seguinte:

I – comprovação de relevância para o Município que justifique o investimento, com o início das obras em até 120 (cento e vinte) dias da concessão do incentivo, podendo o prazo ser prorrogado por igual período mediante justificativa;

§ 2º. Para a concessão dos incentivos previstos nos incisos II e III do caput, deverá ser comprovada a relevância do empreendimento para o Município que justifique o investimento.

**Art. 5º.** Consideram-se benefícios tributários para fins desta Lei:

I – isenção total do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, para as empresas que venham a instalar-se no Município;

II – isenção da Taxa de Licença para a execução da obra;

III – isenção total do ISS – Imposto Sobre Serviços, pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, para as empresas que venham a instalar-se no Município.





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**MONTE SANTO DE MINAS**

RUA CEL. FRANCISCO PAULINO DA COSTA, 205 | CENTRO | 37908-000 | 35 3591 - 5100  
www.montesantodeminas.mg.gov.br | administracao@montesantodeminas.mg.gov.br

§ 1º Quanto aos benefícios previstos no inciso I deste artigo, deverá ser observado o seguinte:

I – poderá ser concedida após a expedição do alvará de construção da obra, e desde que edificada esta no período máximo de 01 (um) ano, prorrogável a pedido e mediante justificativa por igual período;

II – no caso de imóvel já edificado para a sua instalação, o prazo para a concessão do benefício será a partir da data da emissão do Alvará de Localização e Funcionamento;

**Art. 6º.** Para a concessão e pagamentos de valores referentes à alugueis de imóveis, fica a critério e a disponibilidade da Administração Pública a determinação do valor mensal, levando em consideração a disponibilidade orçamentária do Município ou de seus créditos adicionais.

Parágrafo Único. Para a concessão do benefício deste artigo será levada em consideração a análise da solicitação da documentação descrita no art. 12 desta Lei.

**Art. 7º.** Excluir-se-á do Plano de Incentivo Empresarial a empresa cujas atividades apresentem potencial de poluição ambiental, bem como aquelas que contribuam direta ou indiretamente para a degradação do meio ambiente.

§ 1º Serão igualmente cancelados os benefícios concedidos às empresas que alterarem a sua atividade originária sem a devida anuência do Município, que será manifestada por meio de parecer da Secretaria Municipal de Governo, tendo como consequência a cobrança dos tributos não pagos, via lançamento de ofício, em valores atualizados.

§ 2º Os incentivos e benefícios da presente Lei, poderão ser transferidos aos sucessores das empresas beneficiadas, de acordo com a Legislação pertinente, os quais gozarão do tempo restante do benefício desde que o requeiram no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da efetiva sucessão.

**TÍTULO I**  
**Da Cessão em Comodato**

**Art. 8º.** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a concessão de imóvel, por meio de comodato por 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração Pública Municipal, obrigatoriamente, por meio de regular procedimento licitatório, nos termos da legislação competente, para instalação ou construção de obras necessárias para o funcionamento das empresas interessadas, desde que observados os seguintes requisitos:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO DE MINAS

RUA CEL. FRANCISCO PAULINO DA COSTA, 205 | CENTRO | 37968-000 | 35 3591 - 5100  
www.montesantodeminas.mg.gov.br | administracao@montesantodeminas.mg.gov.br

- a) a análise da viabilidade dos processos de concessão em comodato de áreas do patrimônio público será realizada pela Administração Pública Municipal;
- b) somente as pessoas jurídicas devidamente constituídas e devidamente estabelecidas terão direito a serem beneficiadas por esses programas de incentivo;
- c) os interessados no comodato deverão apresentar seus requerimentos juntos à Secretaria Municipal de Governo, que poderá solicitar informações e outros documentos complementares considerados essenciais para avaliação do empreendimento;

## TÍTULO II Da Alienação

**Art. 9º.** Fica autorizada a alienação de terrenos de propriedade do Município de Monte Santo de Minas, localizados ou não no Distrito Industrial, priorizando o incentivo à industrialização, obrigatoriamente por meio de regular procedimento licitatório, nos termos da legislação competente.

**Art. 10.** O Município de Monte Santo de Minas, por intermédio do Poder Executivo Municipal, fica autorizado a alienar, por Compra e Venda, os lotes de sua propriedade que forem cedidos via Comodato, nos termos desta Lei.

## TÍTULO III Da Concessão de Direito Real

**Art. 11.** Fica o Município de Monte Santo de Minas autorizado a concessão de direito real de uso de imóveis públicos, obrigatoriamente por meio licitatório, com fundamento na lei competente.

## CAPÍTULO III Da Solicitação e Tramitação

**Art. 12.** O procedimento para concessão dos benefícios dispostos nesta Lei será o seguinte:

I – solicitação formal do benefício, sua justificativa e declaração de que cumprirá todos os requisitos exigidos nesta Lei e sua regulamentação, dirigida à Secretaria Municipal de Governo;

II – apresentação de Contrato Social ou registro equivalente;





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE SANTO DE MINAS

RUA CEL. FRANCISCO PAULINO DA COSTA, 205 | CENTRO | 37968-000 | 35 3591 - 5100

[www.montesantodeminas.mg.gov.br](http://www.montesantodeminas.mg.gov.br)

[administracao@montesantodeminas.mg.gov.br](mailto:administracao@montesantodeminas.mg.gov.br)

III – apresentação de título dominial no Município, quando for o caso, termo de compromisso da instalação do empreendimento no Município que, em caso de não cumprimento, enseja o ressarcimento ao Município dos benefícios concedidos ou investimentos realizados;

IV – cronograma de execução do empreendimento com a previsão de seu início, que não poderá ser superior a 120 (cento e vinte) dias, contados da data da solicitação formal, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa;

V – parecer da Secretaria Municipal de Governo;

VI – comprovante de registro dos empregados e comprovante de suas residências, quando for o caso;

VII – manifestação da Secretaria Municipal de Finanças, acerca de eventuais pendências ou débitos em nome da requerente e seus principais diretores;

VIII – apresentação das seguintes certidões: negativa de Protestos, de distribuição de processos judiciais cíveis, trabalhistas e criminais referente a empresa e seus diretores e responsáveis, certidões negativas de débitos tributários municipal, estadual, federal e negativas do INSS e FGTS;

IX – declaração da empresa requerente de que dará preferência para a aquisição de matérias primas no Município, em igualdade de condições e preços de fornecedores de fora do território municipal;

X – apresentação do projeto do empreendimento e dos projetos paisagísticos de arborização e ajardinamento;

XI – prova de viabilidade econômico-financeira do empreendimento;

XII – apresentação do cronograma físico-financeiro da implantação da empresa;

XIII – outros documentos determinados pelo Município.

Parágrafo único. O pedido será indeferido se o projeto for considerado inadequado no que se refere à salubridade, segurança, higiene, estética, local impróprio e outras situações que forem consideradas nocivas ou prejudiciais à sociedade; quando não apresentar relevância para a economia do Município ou quando vier a prejudicar o equilíbrio das contas públicas.

**Art. 13.** Os benefícios tributários desta Lei poderão ser concedidos após o cumprimento dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**MONTE SANTO DE MINAS**

RUA CEL. FRANCISCO PAULINO DA COSTA, 205 | CENTRO | 37968-000 | 35 3591 - 5100  
www.montesantodeminas.mg.gov.br | administracao@montesantodeminas.mg.gov.br

requisitos retro mencionados, manifestação da Secretaria de Governo e Secretaria Municipal de Finanças quanto ao equilíbrio das contas públicas e posterior deferimento pelo Prefeito Municipal.

**Art. 14.** Os incentivos e benefícios previstos nesta Lei perderão sua eficácia automaticamente e serão objeto de cobrança das respectivas despesas e/ou tributos que eventualmente não tenham sido pagos, via lançamento de ofício, em valores atualizados acrescidos das penalidades legais, quando:

I – decorrido o prazo de 120 (cento e vinte) dias após a realização de terraplanagem, não forem iniciadas as obras;

II – for alterada a destinação do projeto ou sua originalidade, sem anuência do Município, na forma disposta no § 1º do art. 6º;

III – não forem cumpridos os objetivos propostos;

IV – no curso da benesse, reduzir a oferta de empregos sem justificativa plausível;

**Art. 15.** As empresas que encerrarem suas atividades no Município em até 03 (três) anos após o término do período dos benefícios e incentivos concedidos por meio da presente Lei, terão os valores investidos, renunciados por lançamento de ofício para cobrança com os respectivos acréscimos legais.

**Art. 16.** As isenções previstas nesta Lei ficam condicionadas a renovação a cada 12 (doze) meses, contados da data do deferimento, mediante requerimento do interessado dirigido à Secretaria Municipal de Governo, acompanhado da comprovação documental de que mantém o cumprimento aos requisitos exigidos, obedecendo ao prévio parecer da Secretaria Municipal de Governo.

**Art. 17.** Fica também o Poder Executivo autorizado a firmar convênios de cooperação ou assessoria técnica com outros órgãos, Universidades, Organizações sociais de interesse público, Fundações, Empresas Públicas e Associações que prestam assistência às micro e pequenas empresas, objetivando o desenvolvimento empresarial do Município.

**CAPÍTULO IV**  
**Das Disposições Transitórias**

**Art. 18.** Fica autorizado a concessão do benefício de serviços de terraplanagem, cessão em comodato, alienação e da concessão de direito real, para as empresas já beneficiadas pela Lei





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**MONTE SANTO DE MINAS**

RUA CEL. FRANCISCO PAULINO DA COSTA, 205 | CENTRO | 37968-000 | 35 3591 - 5100  
www.montesantodeminas.mg.gov.br | administracao@montesantodeminas.mg.gov.br

1.722 de 19 de outubro de 2010, desde que comprovada a relevância do empreendimento para o Município que justifique o empreendimento, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

**Art. 19.** A partir da data da promulgação desta Lei, aqueles que se encontram regidos pelas disposições da Lei 1.722 de 19 de outubro de 2010 e suas alterações, serão abrangidos e regulamentados por esta nova legislação.

Parágrafo Único. As empresas que se encontram beneficiadas pela Lei 1.722 de 19 de outubro de 2010 poderão ter a concessão do benefício do art. 6º desta Lei, prorrogadas pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos, excluídos os prazos que já se encontravam amparados pela lei pretérita.

**Art. 20.** O município poderá discricionariamente a qualquer tempo revogar o Incentivo Empresarial, quando se evidenciar ameaças ou prejuízos a administração pública.

**CAPÍTULO V**  
**Das Disposições Gerais e Finais**

**Art. 21.** Os casos omissos e não dispostos nesta Lei serão analisados, e sendo o caso, regulamentados pela Secretaria Municipal de Governo, que tomará as providências que se fizerem necessárias.

**Art. 22.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei 1.722 de 19 de outubro de 2010.

Monte Santo de Minas/MG, aos 06 de julho de 2023.

**Carlos Eduardo Donnabella**  
**Prefeito Municipal**

**Rodrigo Saulo Ribeiro**  
**Secretário de Governo**